



# A Santa Sé

---

## **ALOCUÇÃO DO PAPA JOÃO PAULO II NO CONSISTÓRIO SECRETO POR OCASIÃO**

**DA NOMEAÇÃO DE 14 NOVOS CARDEAIS**<sup>30 de Junho de 1979</sup> *Veneráveis Irmãos:* Alegremo-nos profundamente de que nos seja concedido celebrar convosco este Consistório, o primeiro desde que, por secretos desígnios divinos, fomos elevado à Sede de Pedro. É um grande acontecimento na vida da Igreja. Trata-se, de facto, de criar os novos Cardeais, que depois farão parte do Sacro Colégio, daqueles que os Sumos Pontífices têm como principais conselheiros e cooperadores no governo da Igreja universal. Compete-lhes, sobretudo, de acordo com as normas estabelecidas, o direito e o dever de eleger o Romano Pontífice, sucessor daquele que Jesus Cristo constituiu «princípio e fundamento perpétuo e visível da unidade, da fé e da comunhão» (Const. *Lumen Gentium*, 18). Ainda que seja relativamente restrito o número daqueles que hoje são agregados a este Colégio — como sabeis, há alguns limites em relação ao número dos Cardeais — apesar disso, estes Nossos Veneráveis Irmãos, que estão para ser inscritos no Senado do Romano Pontífice, se assim é lícito dizer, representam, de certo modo, a Igreja universal. 1. Não sem motivo e significado, convocamos esta eleita assembleia para hoje, final do mês de Junho. É bem sabido que o nosso Predecessor, de inesquecível memória, o Papa Paulo VI, reunia frequentemente os Cardeais na sua presença, mais ou menos nesta altura, e lhes dirigia palavras muito graves, às vezes também para a nomeação de novos Membros do Sacro Colégio. Aproveitava a oportunidade do aniversário da sua eleição — 21 de Junho — ou o do início solene do seu Pontificado, que era a 30 — ou do seu onomástico, a 24. Tinha então o costume de passar brevemente em resenha os problemas internos da Igreja. É verdade que o mesmo nosso Predecessor, segundo o costume dos últimos Pontífices Romanos, falava ao Colégio dos Cardeais também na véspera do Natal, para tratar de assuntos e problemas respeitantes à Igreja e ao mundo, mas, em geral, movido por razões diversas das de Junho, e, frequentemente, desenvolvendo uma temática mais ampla. Conformando-nos, portanto, com este costume que se tornou quase tradicional, unimo-Nos ao Pontificado daquele nosso Predecessor, a que nos prendem também muitíssimos outros vínculos, como amplamente Nos referimos na Encíclica «*Redemptor hominis*». Assim, hoje, recordamos com particular intensidade, o Pontificado de Paulo VI, do qual, como sucessor de São Pedro, apenas nos separa o brevíssimo intervalo do ministério apostólico de João Paulo I. 2. O período decorrido após o Concílio Vaticano II distingue-se, como todos sabem, pelo facto de a Igreja inteira ter de se empenhar na realização das decisões do mesmo Sínodo universal. Estas têm apenas como objectivo a *renovação* da Igreja: ou seja, é necessário — para usar as palavras do nosso Predecessor — que ela «se conforme com o seu divino modelo, que constitui o seu dever fundamental» (AAS 55, 1963, p. 850). Tal renovação, à luz do mencionado Concílio, refere-se a muitos aspectos: o mais importante diz respeito ao esforço constante que a Igreja deve fazer para aprofundar continuamente a consciência da própria missão salvífica, a qual é também um perpétuo serviço pela causa fundamental do homem, das nações e de toda a família humana. Esta consciência deve incluir aquela certeza acerca da missão salvífica que deriva da fé inabalável e da humildade sincera e

nos torna capazes de prosseguir, com grandeza de alma, a obra de renovação. Esta obra deve ser continuamente medida, por assim dizer, com o *metro universal do Povo de Deus*, o qual, enquanto participa na missão salvífica do próprio Cristo, ao mesmo tempo a completa em vários modos, conforme o «dom» recebido por cada um com o fim de conduzir os outros e a si mesmo à salvação. Certamente é difícil, só com os critérios humanos de juízo, medir rectamente este processo de renovação, entendido em sentido lato. Às vezes pode mesmo dar-se que nos enganemos ao julgar o que acontece, porque a divina Providência tem vias próprias para conduzir os homens, a sua sociedade, as nações e a Igreja. Daqui resulta necessariamente que todo o nosso *critério para fazer o balanço da situação da Igreja é insuficiente*; não obstante, temos necessidade absoluta de tal balanço, especialmente em certos tempos como os de hoje. Impõe-se, pois, que, quando expomos e julgamos certos acontecimentos, nos atenha-mos, sempre e antes de mais, aos amorosos desígnios de Deus e aos seus santos juízos acerca da conduta humana.<sup>3</sup> Um dos principais instrumentos para realizar a renovação e a unidade específica da Igreja, quer local, quer universal, isto é, do Povo de Deus, é sem dúvida a colegialidade dos Bispos. A este propósito, é justo pôr em relevo a *reunião dos Bispos da América Latina*, celebrada em Puebla. Os seus frutos de uma consciência mais aguda da missão da Igreja e da sua tarefa de evangelização na América Latina, na senda do Concílio e da Exortação Apostólica «*Evangelii Nuntiandi*», já começam a ser recolhidos e abrem esperanças para o futuro. Certamente, os temas ali tratados eram de grande actualidade para o presente e para o futuro. A tal reunião foi-nos concedido talvez oferecer algum contributo, tendo presidido ao seu início. É útil repetir aqui as palavras que o nosso predecessor Paulo VI pronunciou no encerramento da terceira sessão do Concílio Vaticano, ao falar sobre a colegialidade: «É esta íntima e essencial relação que faz do Episcopado uma ordem unitária que encontra no Bispo sucessor de Pedro não já um poder diverso e estranho, mas o seu centro e cabeça» (AAS 56, 1964, p. 1011). É preciso acrescentar que, nestes últimos meses, na vida da Igreja houve outros acontecimentos deste género, como o «Simpósio» do Conselho das Conferências Episcopais da Europa, reunido em Roma para tratar o tema «Os jovens e a fé». Tais acontecimentos constituíram uma manifestação significativa da consciência colegial e do dever respeitante ao Ministério pastoral dos Bispos e das Conferências Episcopais. Nenhum se pode comparar, em importância, ao de Puebla. Verificámos ainda com prazer o notável trabalho realizado pelo Conselho Episcopal Latino-Americano — CELAM — na preparação daquela assembleia e a intensa participação de grande número de Prelados.<sup>4</sup> A reunião de Puebla fez também com que, no início do Pontificado, a *nossa primeira viagem* fosse ao México, passando primeiro pela República Dominicana. Deste modo, pudemos visitar, durante quase uma semana, a Igreja radicada naquela região. Ainda recordamos, com gratíssima memória, quantos encontrámos durante aquela visita. Sobretudo agradecemos a Deus e Sua Mãe, que especialmente por meio do Santuário de Guadalupe, a Ela dedicado, se tornou clementíssima Mãe e Senhora, não só do México, mas de toda a América, e, em particular, da América Latina. De modo especial, recordamos o Presidente da República de São Domingos e o Presidente do México, como também os Bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas de ambas as Nações. Mas aquela visita à Igreja Mexicana ofereceu-nos ocasião para tomar contacto, de modo quase contínuo, com o povo católico daquele Estado, o qual, movido pelo espírito de fé, se aglomerava à nossa volta, cheio de entusiasmo, onde quer que passávamos ou nos detínhamos. O nosso profundo reconhecimento, pois, à divina Providência, que, mediante esta visita no início do nosso Pontificado, nos concedeu poder *testemunhar o amor e a reverência da Sé Apostólica para com aquele povo que tantas dificuldades experimentou por causa da fidelidade a Cristo e à Sua Igreja*. Na viagem ao México, também nos detivemos e celebramos a Santíssima Eucaristia no lugar onde principiou a evangelização da América; e bem assim, no regresso, pudemos encontrar a comunidade cristã das Ilhas Bahamas.<sup>5</sup> Igualmente grato nos sentimos pela recente *viagem à Polónia*, que nos deu a oportunidade de rever a nossa Pátria, desde 2 a 9 de Junho; isto é, de visitar de novo a terra de onde o Senhor, nos Seus imperscrutáveis desígnios, Nos chamou para a cátedra romana de

São Pedro. O motivo principal da viagem foi o jubileu de Santo Estanislau; perfazia-se o nono século desde que aquele Bispo da Sede de Cracóvia (que Nós próprio, quase seu herdeiro, governámos até há pouco) sofreu o martírio às mãos do rei. Convidado pelos Bispos polacos, mediante o Cardeal Wyszynski, celebrámos o jubileu, juntamente com os cidadãos da Nossa Nação, quase *como quem segue o curso da história da Pátria*: teve início em Gniezno e conduziu a Cracóvia passando através do Monte Claro ou «Jasna Gora». Demorámo-nos sobre-tudo em Varsóvia, a actual capital da Polónia, e, enquanto permanecíamos em Cracóvia, celebrámos a Santíssima Eucaristia em Oswiecim (Auschwitz), que se tornou como que o Gólgota da nossa época, onde, no chamado «bunker» da fome, o beato Maximiliano Kolbe morreu, depois de ter oferecido a vida por um companheiro. Enquanto fazíamos esta viagem guiados pela história, renovámos a acção de graças ao Deus Uno e Trino pelo dom do Santo Baptismo que os nossos concidadãos receberam há mil anos. Foi--Nos ainda concedida a oportunidade de saudar as vizinhas gentes Eslavas, que entraram na Igreja naquela mesma época. Enfim, implorámos os dons do Espírito Santo para que elas perseveras-sem na fé e na esperança. Enquanto ainda está presente na Nossa memória este serviço pontifício na Nossa Pátria, desejamos, uma vez mais, pôr em relevo o significado do convite que nos dirigiram as Autoridades públicas. Com ele, não somente reconheceram estarem conscientes de que Nós — a quem cabe desempenhar o mais alto cargo na Igreja Católica — tivemos origem na sua Nação, mas também manifestaram a *dignidade e a relevância* que competem à índole internacional desta Nossa visita. Por isso, estamos muito grato as Autoridades que a facilitaram, quer da República, quer da Igreja, e, de modo particular, à imensa multidão daqueles que, nascidos no mesmo país em que Nós nascemos, vieram ao Nosso encontro em espírito de unidade religiosa.<sup>6</sup> Paulo VI, não podemos esquecer, com as suas numerosas viagens, introduziu este modo de exercer o ministério pontifício. Que tais viagens possam, no futuro, ajudar a *manifestação da unidade do Povo de Deus nos vários lugares da terra, nas diversas regiões e países*. Paralelamente a estes acontecimentos, que recordamos com alegria, desenvolveu-se e ainda continua a obra constante e ordenada da Igreja, concentrada principalmente naquelas tarefas que o Colégio Episcopal se propõe desempenhar, sob a orientação do sucessor de São Pedro. Instrumento particularíssimo de tal cooperação colegial, enquanto abarca a Igreja toda, tornou-se o *Sínodo dos Bispos*. Brevemente será publicada uma Exortação Apostólica em que aparecerão recolhidos os frutos dos trabalhos da Sessão Ordinária do Sínodo dos Bispos, celebrada em 1977, a qual tinha como tema a *catequese*. Também se está preparando a Sessão seguinte para 1980, que deverá examinar o tema já devidamente aprovado: «As funções da família cristã no mundo do nosso tempo». A Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos, depois que o seu Conselho, eleito na Sessão precedente, as aprovou na reunião geral, enviou para toda a parte «As Linhas Fundamentais», a fim de serem amplamente discutidas nas Conferências Episcopais.<sup>7</sup> Pelo que respeita aos centros de estudos católicos a nível universitário, aconteceu algo relevante, a promulgação da Constituição Apostólica «*Sapientia Christiana*», que, no prazo estabelecido, substituirá a vigente Constituição «*Deus Scientiarum Dominus*». A partir de tal momento, deixarão de ter vigor as «*Normae quaedam*» emanadas em 1968 e obrigatórias durante o tempo necessário até ser preparada a Nova Constituição, segundo a vontade e o espírito do Concílio Vaticano II. Para preparar esta constituição dispenderam-se vários anos; para não falar de todo o trabalho realizado, basta recordar que foram consultadas todas as Conferências Episcopais e todos os Centros de estudos católicos a nível universitário. Esperamos, pois, que as disciplinas sagradas recebam novo impulso e estejam à altura de consolidar a Fé, orientar bem a moral e expulsar os erros, no acatamento do Magistério da Igreja.<sup>8</sup> Por fim, não se deve esquecer, mas recordar, embora brevemente, o ecumenismo, que foi um dos principais objectivos do Sínodo universal (Cfr. Decr. *Unitatis Redintegratio*, 1). Em síntese, pode afirmar-se que, nestes meses, se realizaram várias reuniões com os representantes das religiões cristãs, que ainda não vivem em plena comunhão connosco. Enquanto de coração nos alegramos com isso a todos exortamos instantaneamente — para que «a solicitude pela realização da unidade recaia sobre toda a Igreja» (*Ibid.*, 5)

— a perseverarem cada vez mais arduamente no nobre esforço de refazer esta unidade desejada por Cristo. E pode ainda acrescentar-se que houve vários contactos com os não-cristãos, em obediência ao Concílio Vaticano II, que impôs a obrigação de, por este modo, «cooperarmos na edificação da verdadeira paz» (Cfr. Const. *Gaudium et Spes*, 92). Eis, Veneráveis Irmãos, quanto o coração nos impelia a dizer-vos. Que os Santos Apóstolos Pedro e Paulo, cuja solenidade ontem celebrámos e que testemunharam o seu amor a Cristo com o próprio sangue, protejam esta Igreja Romana e esta Sé Apostólica, com as quais vós tendes um especial vínculo. Acima de tudo, porém, pedimos a ajuda da Imaculada Mãe de Deus, a quem recomendamos, confiantes, todos vós, os Nossos irmãos e os Nossos filhos. A fim de dar-vos força no excelso cargo que ocupais na Santa Igreja, concedemo-vos, de todo o coração, a Bênção Apostólica. E agora é-nos grato enumerar os distintíssimos Prelados que, neste Sagrado Consistório, consideramos dignos de serem incluídos no vosso eminentíssimo Colégio: — Agostinho Casaroli, Arcebispo Titular de Cartago; — Giuseppe Caprio, Arcebispo Titular de Apolónia; — Marco Cé, Patriarca de Veneza; — Egano Righi Lambertini, Arcebispo Titular de Doclea; — Joseph-Marie Trinh van-Can, Arcebispo de Hanói; — Ernesto Civgridi, Arcebispo Titular de Sardica; — Ernesto Corripio Ahumada, Arcebispo de México; — Joseph Asajiro Satowaki, Arcebispo de Nagasaki; — Roger Etchegaray, Arcebispo de Marselha; — Anastasio Alberto Ballestrero, Arcebispo de Turim; — Tomás O'Fiaich, Arcebispo de Armagh; — Gerald Emmett Carter, Arcebispo de Toronto; — Franciszek Macharski, Arcebispo de Cracóvia; — Wladislaw Rubin, Bispo Titular de Serta.